

## **RELATO DE VIVÊNCIA DO I ENCONTRO INTERNACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SALVADOR-BA- A EDUCAÇÃO DE ADULTOS COMO DIREITO HUMANO**

Lívia dos Santos Ribeiro Laurindo  
livia.ribeiro2005@gmail.com  
Thaíse da Paixão Santos  
tataypaixao@hotmail.com  
Mestrandas do MPEJA/UNEB  
Dr<sup>a</sup> Graça dos Santos Costa  
Orientadora

A Universidade do Estado da Bahia, através do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) e da Assessoria Especial de Programas Acadêmicos Interinstitucionais (ASSEPAI) promoveu o I Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, uma iniciativa em apoio a esse mestrado, às licenciaturas em Pedagogia da UNEB (oferta regular) e ao Fórum da EJA da Bahia. Diante do atual contexto, das demandas para a qualidade da educação, produção de novos conhecimentos a UNEB pretendeu com este evento promover o diálogo entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros em torno dos temas constantes no título do evento: Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos buscando proporcionar o diálogo entre pesquisadores de diferentes seguimentos, Brasil Alfabetizado, Fórum em EJA, TOPA, mestrandos em Educação de Jovens e Adultos, graduandos em Pedagogia, gestores e professores da rede pública e privada de ensino das instâncias municipal, estadual e federal; oportunizar aos participantes o aprendizado em espaço alternativo à sala de aula, bem como a apresentação e disseminação de trabalhos científicos; divulgar nacional e internacionalmente o Mestrado Profissional em Educação de Jovens da UNEB/CAMPUS I / Salvador. Dentre as várias atividades realizadas, destacamos a Mesa Redonda sob a coordenação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Graça Costa (UNEB / MPEJA) composta pelos conferencistas: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Timothy Denis Ireland (UFPB / Coordenador Cátedra Unesco em EJA) que abordou a distância entre o proclamado - o direito de todos à educação – e o efetivado – o acesso, permanência e aprendizagem de jovens, adultos e idosos a práticas educativas gratuitas e de qualidade social no contexto brasileiro. A Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Aida Maria Monteiro Silva (UFPE) deixou evidente que o Brasil é bem sedimentado em termos de documentos normativos e orientações curriculares para essa área. No entanto, o grande desafio é fazer com que as políticas públicas sejam efetivadas, de forma substantiva, no sentido de garantir a educação com qualidade, a partir do início da educação básica e que sejam incluídas todas as pessoas na idade adequada, e evitando-se a retomada de pessoas ao estágio inicial da alfabetização por falta da garantia da continuidade na oferta dos estudos na educação básica. A Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Isabel Maria Sampaio de Oliveira (UFSB) cujo foco principal da sua discussão foi explorar a questão do direito enfatizando que os Direitos Humanos não são suficientes para que a sociedade viva em paz. De forma que o reconhecimento da importância dos Direitos Humanos e sua assimilação nos dispositivos legais, ainda que relevante também não basta para sustentar a sua eficácia. Em suma os conferencistas discutiram a temática: A Educação de Jovens e Adultos como direito humano, destacando-se temas como a democracia como regime político pautado na soberania popular e no respeito integral aos Direitos Humanos. Para tanto

foi apresentado as bases legais que garantem esse direito na EJA a Constituição Federal (1988), a LDB (1996), Plano Nacional de Educação (2001) e o Plano de Desenvolvimento da Educação. Neste sentido a educação é vista como processo de humanização sob a ótica de um direito humano indispensável para a realização de outros direitos enquanto instrumentos de desenvolvimento de valores, crenças e atitudes a favor dos Direitos Humanos. Foi acordado ainda o analfabetismo enquanto violação de direitos que é entendido como ausência de escolaridade que impossibilita o conhecimento sistematizado e construído na história da humanidade, trazendo dados contundentes de como internacionalmente o direito à educação não é respeitado e contextualizando com o Brasil que possui tratamento desigual dispensado aos sujeitos da EJA em termos de financiamento partindo do pressuposto que todos os sujeitos da educação básica devem possuir os mesmos direitos e os da EJA valem menos em termos de FUNDEB, que um aluno do ensino fundamental regular. Afirmaram que o não acesso à escolarização é uma violação frontal aos direitos de todo e qualquer cidadão e ao exercício da cidadania, por entendermos que ao negar à Educação Básica, nega-se o preceito da Constituição cujo objetivo é: Favorecer desde a infância a formação de sujeitos de direito e priorizar pessoas e grupos excluídos, marginalizados e discriminados pela sociedade. Diante do presente contexto os conferencistas concluíram que a educação não se reduz a formação de capital humano para a empregabilidade focada em resultados mínimos de leitura e escrita, matemática de forma mecânica, ao contrário a educação deve contribuir para o desenvolvimento da personalidade humana, levando os sujeitos que estão inseridos nesse contexto a serem autores de sua própria história de vida e gerar as suas alternativas de ação, uma vez que é através do respeito aos Direitos Humanos e à democracia que teremos de fato e de direito uma educação em Direitos Humanos, pois a mesma é o caminho para a concretização dos outros direitos.

**Palavras- Chave:** Direitos Humanos; Educação; Educação de Jovens e Adultos.